



RESOLUÇÃO N.º 17, DE 02 DE MAIO DE 2013.

Aprova a revisão do Plano Diretor do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRR.

O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, em sua composição plenária, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de cumprir a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 70/2009;

CONSIDERANDO a Resolução nº 26/2009, desta Corte, que aprovou Estratégia do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, com abrangência de 05 (cinco) anos, com início em 1º de janeiro de 2010;

CONSIDERANDO que a necessidade da continuidade administrativa deve pressupor a alternância de gestão;

CONSIDERANDO a busca pela eficiência operacional como meio para prover uma prestação jurisdicional de excelência,

CONSIDERANDO a decisão exarada no Procedimento Administrativo nº 17.687/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a revisão do Plano Diretor do Tribunal de Justiça de Roraima, mantendo-se a vigência até dezembro de 2014, conforme anexo I;

Art. 2º Fica aprovado o Plano Operacional de Gestão, como parte integrante do Plano Diretor, conforme anexo II;

Parágrafo único: O Plano Operacional de Gestão deve ser elaborado no início de cada gestão administrativa, alinhado ao Planejamento Estratégico e de acordo com o Relatório de Transição.

Art. 3º A proposta orçamentária do tribunal deve ser alinhada ao planejamento estratégico, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Des.ª TÂNIA VASCONCELOS DIAS
Presidente

Des. MAURO CAMPELLO
Vice-Presidente, em exercício



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"

Este texto não substitui o original publicado no DJe

Des. LUPERCINO NOGUEIRA
Membro

Des. GURSEN DE MIRANDA
Membro

Dr. LUIZ FERNANDO MALLET
Juiz Convocado

Dr. EUCLYDES CALIL FILHO
Juiz Convocado

Fonte: Diário da Justiça Eletrônico. Boa Vista, ed. 5022, p. 3, 03. maio. 2013.
<http://diario.tjrr.jus.br/dpj/dpj-20130503.pdf>